

Tribuna BANCÁRIA

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1630 | 10 A 15 DE AGOSTO DE 2020



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/85991295101)

BANCÁRIOS INICIAM NEGOCIAÇÕES COM A FENABAN E DEBATEM TELETRABALHO E EMPREGO

As negociações prosseguem nesta semana, quando serão abordados os temas saúde/condições de trabalho e igualdade
(págs. 4 e 5)

CAMPANHA NACIONAL

Sindicato na Luta com Você



Comando Nacional realiza negociações específicas com as direções do BB, Caixa e BNB (págs. 3, 6 e 8)

Mesmo com pandemia, Itaú lucra mais de R\$ 8 bilhões no 1º semestre (pág. 7)

POR QUE QUEREMOS REGULAMENTAR O HOME OFFICE E PROTEGER O EMPREGO?

Na última semana, os bancários realizaram as duas primeiras rodadas temáticas de negociação com os representantes da Fenaban. Os primeiros temas – home office e emprego – são duas das principais prioridades apontadas pela categoria para a nossa Campanha Nacional 2020. Mas por que é tão importante, atualmente, regulamentar esses itens?

Os bancários foram uma das primeiras categorias a conquistar medidas de proteção na pandemia de coronavírus. O home office foi conquistado para mais da metade dos bancários em todo o país e foi, realmente, uma medida fundamental para a saúde e segurança desses trabalhadores e suas famílias. Entretanto, essa nova realidade tem levado várias empresas, entre elas os bancos, a defender a adoção definitiva do novo regime. Por isso, é fundamental que o home office seja regulamentado, com garantia de nossos direitos historicamente conquistados.

Assim, estamos reivindicando uma cláusula nova na nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) referente ao home office (teletrabalho) e, na primeira negociação, apresentamos uma pesquisa que aponta vários problemas enfrentados pelos bancários em home office e a Fenaban ficou de avaliar e dar resposta posteriormente.

Estamos reivindicando que o teletrabalho seja facultativo, com as mesmas garantias de direitos e benefícios concedidos aos trabalhadores presenciais; respeito à jornada; que o banco arque com custos como material de escritório, computadores, equipamentos ergonômicos, cadeiras, mesas, energia, banda larga e pacote de dados de internet; respeito aos períodos de descanso; sem metas abusivas; trabalho presencial ao menos uma vez por semana e participação em confraternizações e demais eventos e que seja garantido o direito de organização sindical a esses trabalhadores. Há outros pontos como a necessidade de o banco comunicar reuniões com pelo menos 24h de antecedência e proteções às mulheres vítima de violência doméstica.

Outra prioridade da categoria negociada semana passada diz respeito a garantia do emprego. Mesmo em um cenário econômico de grave crise que já se desenhava antes da pandemia do coronavírus, não há crise para os bancos. O lucro dos cinco maiores bancos do Brasil atingiu a cifra recorde de R\$ 108 bilhões em 2019. E que, somente no primeiro trimestre deste ano, o montante somou R\$ 18 bilhões, o que não justifica as demissões de trabalhadores durante a crise sanitária. Isso sem falar num cenário com altas taxas de desemprego, desigualdade, informalidade e precarização das relações de trabalho. A estratégia dos bancos é passar o máximo de transações possíveis para os meios digitais.

Nossa Campanha Nacional quer a manutenção dos empregos. É urgente pensar num sistema financeiro que promova crédito sustentável e barato, que promova a bancarização dos excluídos do sistema financeiro, que atenda às necessidades regionais do país, que ajude a economia a retomar o crescimento e gerar empregos. Do contrário, teremos um sistema financeiro cada vez mais excludente, concentrador de renda e que funciona cada vez mais como um obstáculo ao pleno crescimento econômico e social do Brasil.

Além disso, diante da pouca regulamentação do trabalho home office em nossa legislação trabalhista, regulamentar o teletrabalho é fundamental para que os nossos direitos sejam resguardados, já que pela reforma trabalhista, o acordado vale mais que o legislado. O Sindicato tem procurado ouvir os trabalhadores para garantir que os benefícios e as condições de trabalho sejam preservados. Estamos #NaLutaComVocê!



José Eduardo Rodrigues Marinho
Presidente em exercício
do Sindicato dos Bancários
do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente em exercício: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

FUNCIONÁRIOS DO BB QUEREM SAÚDE E MANUTENÇÃO DE DIREITOS NO TELETRABALHO

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu, por videoconferência, com os representantes do banco nos dias 5 e 7/8 para tratar sobre as reivindicações específicas sobre trabalho em home office e sobre emprego.

Referente ao home office, a representação dos funcionários do BB cobra que o banco arque com os custos do home office, sejam eles de material de escritório, equipamentos, energia elétrica, banda larga e pacote de dados, além de um auxílio home office de valor fixo. Em caso de concessão de equipamentos e infraestrutura, que estes sejam adequados aos trabalhadores e estejam em conformidade com as normas de saúde e segurança. A minuta de reivindicações também estabelece a criação de um grupo de trabalho bipartite para análise do trabalho home office, visando a melhoria das suas condições. O Banco do Brasil vai analisar as reivindicações dos trabalhadores. O tema voltará a ser debatido durante o decorrer da campanha, também na mesa única com a Fenaban.

Quanto ao emprego, cuja negociação aconteceu dia 7/8, houve avanços no sentido de renovação de algumas cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em vigência, mas os trabalhadores cobraram o fim da redução do quadro de pessoal e a contratação de funcionários concursados. O fechamento de agências é outro ponto que contribui para a precarização do atendimento aos clientes. A representação dos funcionários também levantou a preocupação sobre uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre as



carreiras técnicas do BB, como engenheiros e profissionais de Tecnologia da Informação. O banco efetua a contratação de todos os funcionários como escriturários e promove ascensão na carreira por meio de seleção interna.

O banco também vai renovar a mesa para tratar do trabalho home office e aceitou incluir nesta mesma mesa os escritórios digitais. Também há intenção de renovação da cláusula de negociação permanente. Os trabalhadores também apresentaram reivindicações específicas em relação ao Performa, ao GDP e a continuidade da contagem do tempo para questão de mérito, mesmo quando o trabalhador está em licença acidente de trabalho. Também cobraram a constituição de uma mesa específica para tratar dos funcionários com deficiência. Os trabalhadores também solicitaram e o banco acatou o pedido para realização de uma mesa específica para tratar de assuntos relacionados à Covid-19.

As próximas mesas de negociação serão sobre saúde e outra sobre Igualdade e cláusulas sociais, ainda sem datas definidas.

LUCRO

O lucro líquido ajustado do Banco do Brasil no 1º semestre foi de R\$ 6,7 bilhões, com queda de 22,7% em relação ao mesmo período de 2019, segundo análise do Dieese. No trimestre, o lucro foi de R\$ 3,3 bilhões, com redução de 2,5% em relação ao 1º trimestre do ano. Ao final de junho, o BB contava com 92.474 funcionários, com fechamento de 3.694 postos de trabalho em 12 meses, sendo 283 no 2º trimestre de 2020. Foram fechadas 344 agências e 17 postos de atendimento bancário, desde junho de 2019, sendo uma agência e 28 postos de atendimento fechados no trimestre. As receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias caíram 1,4% em um ano, alcançando R\$ 14 bilhões, enquanto, as despesas com pessoal, incluindo o pagamento da PLR, caíram 0,8% no mesmo período, totalizando R\$ 10,8 bilhões. Assim, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 130,46% no semestre de 2020.

COMANDO NACIONAL NEGOCIA TELETRABALHO COM FENABAN

O Comando Nacional dos Bancários apresentou dia 4/8 aos representantes da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma série de propostas para regular o teletrabalho. São diretrizes para regular o trabalho à distância na categoria, que chegou a ter cerca de 300 mil pessoas em home office. Questões como o agravamento da saúde após o teletrabalho, custos com equipamentos não compensados pelos bancos e jornadas de trabalho excessivas

são alguns dos impactos levantados em uma pesquisa feita de 1º a 12/7, em meio à pandemia. A pesquisa serviu de base para a cláusula 56 da minuta de reivindicações, específica sobre o tema.

“Apresentamos a pesquisa, fizemos debates e colocamos vários exemplos de como o teletrabalho impactou a vida dos bancários e suas famílias. Tem que ter controle da jornada de trabalho, não pode ter aumento de meta para quem está em teletrabalho. Tem que cumprir a jornada, pagar os custos com equipamentos e internet. Também tem que ter o direito a desconexão, para que o trabalho não invada o horário de almoço, a noite e a folga do bancário”, disse a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, coordenadora do Comando Nacional.

A pesquisa foi feita pelo Dieese, com cerca de 11 mil bancários que estavam em teletrabalho. A consulta mostra o impacto que o teletrabalho causou na vida da categoria. Um de-

les é que apenas 19% disseram que têm algum cômodo apropriado para o trabalho em suas casas. Quase metade dos consultados (44,8%) utiliza a sala de suas casas como escritório de trabalho. Até a cozinha é usada no teletrabalho, opção de 5,1% dos bancários.

A presidenta da Contraf-CUT destacou na apresentação da pesquisa que 32% dos entrevistados não têm controle sobre a jornada de trabalho em casa. “E fica pior para as mulheres porque o teletrabalho acaba sendo um fator de acúmulo para elas”, explicou. Juvandia lembrou que o teletrabalho não pode ser imposto. “O teletrabalho tem que ser voluntário. Porque há os que gostam e querem realizar um regime misto e há os que não querem e preferem o regime presencial”, destacou.

BANCOS – Ao receberem a cláusula específica sobre teletrabalho, os representantes da Fenaban disseram

que inicialmente não há consenso entre os bancos sobre negociar o tema e há quem queira fazer negociações individuais ou Acordos Coletivos por banco. No entanto, os negociadores da Fenaban afirmaram que a pesquisa apresentada é importante para ser melhor debatida entre os bancos. Após a cobrança do Comando de que o teletrabalho passe por negociação coletiva, vão levar o resultado da pesquisa para o setor com os argumentos levantados na reunião para reavaliarem e realinharem suas posições sobre o teletrabalho.

“Não aceitamos a negociação individual. A pesquisa do Dieese mostra que pioraram os indicadores de saúde na categoria, há efeitos na jornada de trabalho, custos maiores para quem está em home office, são indicadores que precisam ser respeitados”, falou Juvandia. O Comando Nacional também não admite a redução de direitos dos bancários para os que continuarem em teletrabalho.



BANCÁRIOS QUESTIONAM FENABAN SOBRE DEMISSÕES E FECHAMENTO DAS AGÊNCIAS



VEJA AS DATAS DAS PRÓXIMAS NEGOCIAÇÕES

11 de agosto:

Saúde e Condições de Trabalho

13 agosto:

Igualdade

14 de agosto:

Cláusulas Sociais

18 de agosto:

Cláusulas Econômicas

A defesa do emprego foi o tema das negociações do dia 6/8, entre o Comando Nacional dos Bancários e representantes da Fenaban. Foi a segunda rodada de negociações, feita por videoconferência. O debate se dá em meio à redução dos postos de trabalho. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, de janeiro de 2013 a dezembro de 2019 os bancos fecharam 70 mil postos de trabalho, o que equivale a uma redução de cerca de 14% da categoria. Sendo que 51 mil postos foram cortados só entre 2016 e 2019.

Entre as reivindicações apresentadas estão a manutenção dos empregos e a suspensão das demissões. Mesmo após o acordo entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban no início da pandemia, para a suspensão das demissões no período, os bancos demitiram. O campeão das demissões foi o Santander que, no segundo trimestre deste ano, demitiu 844

bancários. “Queremos garantia de emprego e que as demissões sejam suspensas. Estamos em um processo de negociação e há bancos demitindo”, questionou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, uma das coordenadoras do Comando. Em 2012, a categoria bancária era composta por 513 mil trabalhadores, número que caiu para 453 mil em 2018, principalmente após um longo processo de cortes no governo Temer.

AGÊNCIAS FECHADAS – Foi apresentado também aos representantes da Fenaban a questão do fechamento de agências bancárias. “De dezembro 2019 até junho deste ano, foram fechadas no país 558 agências bancárias. Nos últimos 12 meses, tem uma média mensal de 100 agências fechadas. Agências são fechadas na pandemia, quando a população mais precisa. É também um impacto para o emprego e para a economia. O desemprego atinge também os segurados, o pessoal

da limpeza”, afirmou Juvandia. Falta emprego para 31,9 milhões de brasileiros, de acordo com a Pnad Contínua, apurada pelo IBGE, no trimestre terminado em junho deste ano, taxa mais elevada na série histórica iniciada em 2012.

DIGITALIZAÇÃO – Os representantes da Fenaban argumentaram que a redução do número de agências tem de levar em conta uma mudança na cultura dos clientes, que diante da pandemia passaram a usar mais o atendimento digital. O Comando afirmou que a pandemia revelou que as agências são necessárias, pois há uma grande exclusão de pessoas que estão fora do sistema bancário. Uma parte da população não tem sequer acesso à internet e vão procurar as agências para ter atendimento. Os representantes da Fenaban pediram um tempo para discutir as propostas apresentadas. O tema deve voltar à mesa de negociação em breve.

EMPREGADOS DA CAIXA ENTREGAM MINUTA DE REIVINDICAÇÕES E DEFINEM CALENDÁRIO DE NEGOCIAÇÕES

A primeira reunião de negociação da Campanha Nacional 2020 entre a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e o banco, realizada por videoconferência dia 7/8, começou com oficialização da entrega da minuta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da Caixa.

O encontro foi pautado para debater as reivindicações específicas para a modalidade de trabalho em home office (teletrabalho). Uma conquista dos empregados foi a garantia do banco de manter em home office os empregados do grupo de risco.

Outro resultado da ação sindical foi a garantia da Caixa de reavaliar, caso a caso, a inclusão no Projeto Remoto dos empregados que coabitam com pessoas do grupo de risco. Foi solicitada também essa ampliação para as mães e dos pais de crianças pequenas. A Caixa ficou de avaliar. Importante salientar que todos os empregados que se enquadrem nos grupos citados acima conversem com o gestor. Em caso de negativa, a solicitação deve ser encaminhada para o Grupo de Trabalho que irá julgar o processo. A Caixa ficou de enviar ao movimento sindical os e-mails das unidades que farão esse recurso para serem divulgados.

Os representantes dos empregados também tiveram acatada a reivindicação da criação de um canal de denúncias para que os empregados possam informar os locais que não estão seguindo o protocolo. As denúncias poderão ser anônimas.



Calendário de Reuniões da mesa específica da Caixa

12/8 – Temática: Saúde e Segurança

17/8 – Temática: Igualdade e Cláusulas Sociais

19/8 – Temática: Cláusulas Sociais

PESQUISA

Os empregados da Caixa apresentaram dados da pesquisa com a categoria elaborada pela Contraf-CUT e pelo Dieese, com recorte dos respondentes da Caixa, sobre a situação dos trabalhadores que foram colocados em home office, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Na sequência, foi a vez do banco fazer uma apresentação sobre a construção do Projeto Remoto no banco. Com os dados da pesquisa apresentada na reunião e a pauta específica sobre o assunto dos empregados, a Caixa vai analisar as reivindicações dos trabalhadores. O tema voltará a ser debatido durante o decorrer da campanha, também na mesa única com a Federação Nacional do Bancos (Fenaban).

A Caixa disse que mantém o rodízio dos trabalhadores nas agências. A CEE/Caixa, entretanto, aponta que isso não acontece efetivamente e cobra garantias.

A próxima reunião, que será realizada na quarta-feira (12/8), vai debater Saúde e Segurança.

SINDICATO REALIZA AUDIÊNCIA VIRTUAL EM PERÍODO DE PANDEMIA



O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou dia 27/7, através do Departamento Jurídico da entidade, a primeira audiência virtual de sua história, na sede da entidade.

A audiência de conciliação tratou do caso do bancário Carlos Henrique Rocha, funcionário do Banco do Brasil, que pleiteia incorporação de função. Durante a audiência realizada virtualmente, o

bancário participou acompanhado pelo advogado do Sindicato, Vianey Martins.

Carlos Henrique foi admitido em 24 de fevereiro de 1988 e durante o período compreendido entre 28 de fevereiro de 1997 a 23 de abril de 2018 – por mais de 20 anos – ele exerceu, de forma ininterrupta, as funções gratificadas de gerente, recebendo as referidas gratificações.

Importante destacar que o bancário cumpriu o prazo de recebimento da gratificação de função durante pelo menos 10 anos, antes da entrada em vigor da lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista), comprovando-se o direito adquirido.

Além disso, o Acordo Coletivo dos funcionários do BB, na cláusula 45ª,



delibera que o descomissionamento só pode se dar mediante três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com resultado “insatisfatório”, o que não se aplica a Carlos Henrique, que sempre teve avaliações positivas. Entretanto, ao invés de premiá-lo pelo seu bom desempenho, o banco o destituiu de sua função, subtraindo ainda grande parte de sua remuneração.

Dessa forma, o Sindicato pleiteia a incorporação da função, suprimida sem justo motivo, com o consequente pagamento da mesma. Atualmente, a ação se encontra na 7ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Como não houve acordo na primeira audiência, haverá nova audiência para ouvir as testemunhas, logo que a justiça retornar à normalidade.

ITAÚ LUCRA R\$ 8,117 BILHÕES NO 1º SEMESTRE DE 2020

O Itaú obteve um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 8,117 bilhões no 1º semestre de 2020, redução de 41,6% em relação ao mesmo período de 2019. O lucro apenas do 2º trimestre foi de R\$ 4,205 bilhões, alta de 7,5% na comparação com o primeiro trimestre do ano.

De acordo com análise feita pelo Dieese, com base nos dados do relatório apresentado pelo banco dia 4/8, ao final do 1º semestre de 2020, a holding contava com 84.343 empregados no país, com fechamento de 818 postos de trabalho em doze meses. No trimestre, porém, houve um saldo positivo de 2.236 novos postos de trabalho no banco, em função de contratações para a área de TI e do “compromisso de manutenção dos empregos durante a crise”. Em 12 meses foram fechadas 177 agências físicas (sendo uma no trimestre) e não foi aberta nenhuma agência digital, totalizando 3.155 e 196, respectivamente.

De acordo com o banco, esse resultado reflete sinais de melhora no 2º trimestre de 2020, que gerou menores provisionamentos em relação ao 1º trimestre (queda de 27,3%). No acumulado do semestre, no entanto, as despesas de PDD tiveram alta de 111,2% em relação ao primeiro semestre de 2019. O Índice de Inadimplência superior a 90 dias, no país, caiu 0,3 p.p., ficando em 3,2%. Ainda assim, as despesas com provisão para devedores duvidosos (PDD) cresceram 111,2%, totalizando R\$ 17,8 bilhões.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias caiu 0,5% em doze meses, totalizando R\$ 19,2 bilhões. As despesas de pessoal, por sua vez, caíram 2,4%, somando R\$ 11,7 bilhões. Com isso, a cobertura destas pelas receitas secundárias do banco foi de 164,1% no período.

PRIMEIRA NEGOCIAÇÃO COM O BNB ABRANGE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A Contraf-CUT, assessorada pela Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB), realizou na segunda-feira, dia 10 de agosto, a primeira reunião de negociação com a Direção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), referente à pauta específica de reivindicações dos funcionários da Instituição, relativa à Campanha Nacional dos Bancários 2020.

A reunião ocorreu na sede administrativa do Banco, em Fortaleza, sob a coordenação do secretário geral da Contraf, Gustavo Tabatinga, representando os trabalhadores, e do Diretor Administrativo do BNB, Haroldo Maia, representando a Entidade patronal.

Nesta primeira rodada de negociação, foram apresentadas ao Banco 36 cláusulas da pauta específica de reivindicações dos funcionários, todas abordando assuntos relativos ao tema Emprego e Condições de Trabalho. Seguindo calendário aprovado pelas partes, ocorrerão mais três reuniões

(dias 14, 19 e 26 deste mês) para que sejam entregues e debatidas todas as 62 cláusulas da pauta, envolvendo também reivindicações relativas à Saúde e Previdência e itens de natureza econômica e social.

A direção do BNB recebeu as propostas do primeiro bloco para análise e posicionamento nos encontros seguintes.

Participaram da reunião, pelas entidades sindicais, representantes dos sindicatos de Alagoas, Thiago Miranda; Ceará, Carmen Araújo; Paraíba, Robson Andrade; Pernambuco, Fernando Batata; Piauí, Lusemir Carvalho; Sergipe, João Welington; Federação BA/SE, Waldenir Brito e Federação dos Bancários do Centro-Norte, Talita Regia.

O coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino, relatou as cláusulas ao Banco, apoiado pelos também diretores do Sindicato dos Bancários do Ceará, Pedro Moreira, Océlio Silveira e Cláudio Rocha.



“A primeira cláusula apresentada à direção do Banco trata de uma questão preliminar importantíssima: a garantia de manutenção do acordo atual até o fechamento do novo acordo, caso isso não ocorra antes do dia 1º de setembro. A relevância desse artigo se dá por conta do fim da ultratividade com o advento da nova lei trabalhista em vigor desde novembro de 2019. Ressaltamos também nesta primeira negociação o interesse dos trabalhadores pela manutenção da mesa única de negociação”

Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE e coordenador da CNFBNB

Zap com checador

O WhatsApp anunciou dia 3/8 que começou a testar um novo recurso para que os usuários possam verificar na internet o conteúdo das mensagens encaminhadas. Ao receber uma mensagem ou link encaminhado, uma lupa irá aparecer ao lado. Ao clicar no botão, o aplicativo abre uma janela de busca do Google sobre o tema. A ideia é que os usuários possam checar se a informação é verdadeira ou falsa. O recurso está disponível no Brasil e em mais 6 países: Espanha, EUA, Irlanda, Itália, México e Reino Unido, nas versões mais recentes.

Veto para a saúde

Bolsonaro vetou integralmente um Projeto de Lei (PL) que previa pagamento de indenização de R\$ 50 mil aos familiares de profissionais de saúde que atuaram no combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus e morreram em decorrência da Covid-19. A indenização seria paga pelos cofres públicos federais à profissionais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, agentes comunitários, técnicos de laboratório e outros que atuam na área. A proposta também concedia o benefício para os profissionais que ficarem permanentemente incapacitados após a infecção. O veto ainda será analisado pelos deputados e senadores, em sessão conjunta a ser marcada. Os parlamentares poderão manter a decisão presidencial ou derrubá-la, tornando o projeto uma lei.

Desemprego sobe

A taxa oficial de desemprego no Brasil subiu para 13,3% no trimestre encerrado em junho, atingindo 12,8 milhões de pessoas, com um fechamento de 8,9 milhões de postos de trabalho em relação ao trimestre anterior. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada dia 6/8 pelo IBGE. Trata-se da maior taxa de desemprego desde o trimestre terminado em maio de 2017, quando também ficou em 13,3%. E o desemprego só não foi maior porque muita gente simplesmente deixou de procurar emprego ou não estava disponível para trabalhar em meio à pandemia de coronavírus.